



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

TERMO DE REFERÊNCIA**Descrição do objeto**

1.1. Contratação de serviços gráficos para impressão de manual e guia rápido para treinamento de mesários, e requerimento de justificativa eleitoral (RJE) para as eleições 2026.

Justificativa para a contratação

2.1. A contratação justifica-se pela necessidade de fornecimento de material gráfico orientativo, servindo como apoio para o treinamento de mesários para as eleições 2026 e disponibilização de material específico nas seções eleitorais para coletar a justificativa dos eleitores fora de seu domicílio eleitoral.

2.2 A contratação está prevista no item n.º 3.3 e de requerimento de justificativa eleitoral (RJE) no item n.º 3.5 do Plano Anual de Contratação 2026 (000012302080052) aprovado por meio da Portaria DG TRE-TO n.º 921/2023.

2.3 A presente contratação está alinhada ao seguinte objetivo estratégico:

- **APERFEIÇOAR MECANISMOS DE GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL**

Descrição completa da solução

3.1. Contratar empresa especializada para impressão gráfica de manuais de instrução, guias rápidos para mesários e requerimento de justificativa eleitoral (RJE) para as eleições 2026, conforme especificado abaixo:

Item	Quant.	Descrição
1	5.200 unids.	MANUAL DO MESÁRIO (Livreto) Papel capa e miolo: AP 75g/m ² Total estimado de páginas (capa e miolo): até 38 (trinta e oito)

Item	Quant.	Descrição
		páginas; Formato fechado: A4 Formato aberto: A3 Acabamento: com grampos Padrão de cor: 4/4 (CMYK)
2	20.200 unids.	GUIA RÁPIDO DO MESÁRIO (Livreto) Papel: AP 75g/m²; Total de páginas: 4 (quatro) Formato fechado: A4 Formato aberto: A3 (com uma dobra) Padrão de cor: 4/4 (CMYK)
3	200 Milheiros.	REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA ELEITORAL (RJE) Papel: AP 75g/m²; Dimensão: 29,5cm X 8,5cm Padrão de cor: Preto e branco

Requisitos da contratação

4.1. O contratante deverá observar as especificações definidas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

4.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos neste Termo de Referência (e demais documentos que compõem o Edital), por meio de especificações usuais praticadas no mercado. Assim, a natureza do objeto a ser contratado é comum, nos termos da norma (art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/21).

4.3. Critérios de sustentabilidade: O papel utilizado na fabricação dos materiais deve possuir selo FSC e/ou PEPC/CERFLOR, conforme tópico 6.1.6 deste Termo.

Modelo de execução do objeto

5.1 As artes finais serão disponibilizadas à(s) empresa(s) contratada(s) em meio magnético e em arquivos finalizados.

5.2 Para os itens 1 e 2, a contratada, antes de dar início à produção do material, deverá apresentar, obrigatoriamente, as provas de impressão dos trabalhos ao Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da entrega da arte-final e, ainda:

5.2.1 Apresentar prova de impressão para que o TRE autorize a impressão em série do material gráfico, formato fechado e qualidade do acabamento;

5.2.1.1 Apresentar uma prova do miolo e uma prova da capa.

5.2.2 Entregar os materiais, objeto deste Termo de Referência, com a mesma qualidade da prova apresentada.

5.3 Não serão aceitas variações na cor que comprometam a unidade dos produtos ou que estejam em desacordo com o arquivo enviado pelo TRE.

5.3.1 Deverá ser mantida a qualidade das cores e do material impresso em cada unidade produzida.

5.4 Não serão aceitos os materiais impressos com os seguintes defeitos:

- a) Dobras não previstas;
- b) inversões de páginas;
- c) borrões;
- d) riscos;
- e) manchas;
- f) impressões esmaecidas, ilegíveis e/ou fracas;
- g) rasgos;
- h) quaisquer marcas que prejudiquem a qualidade do material.

5.5 Para os itens 1 e 2, os impressos deverão ser entregues embalados em caixas de papelão ondulado. O acondicionamento deverá ser feito de forma a permitir a segurança do transporte do material gráfico e a identificação do conteúdo, respeitando o limite de 500 unidades em cada caixa, separadas internamente em maços de 50 unidades. Para o item 3, os impressos deverão ser entregues embalados em caixas de papelão ondulado, separadas em maços de 100 unidades.

5.6 Permitir acesso de servidor autorizado do TRE a suas dependências, quando solicitado e se necessário, para acompanhamento dos trabalhos.

5.7 É obrigatória a devolução ao TRE-TO dos arquivos originais recebidos, após a conclusão dos serviços, exceto para item 3.

5.8 Os materiais deverão ser entregues na Seção de Patrimônio e Almoxarifado do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, situada no Anexo II, Quadra 112 Sul, Rua SR 03, Lote 32, Plano Diretor Sul, CEP: 77.020-172, Palmas-TO, no horário das 11h às 18h.

5.9 O papel utilizado na fabricação dos materiais deve possuir selo FSC e/ou PEPC/CERFLOR, conforme tópico 6.1.6 deste Termo.

Modelo de gestão de contrato

6.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1.1 Manter, durante a execução do serviço, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, necessárias para que todas as tarefas acordadas sejam executadas com utilização eficiente dos recursos disponíveis;

6.1.2 Cumprir integralmente as cláusulas contratuais;

6.1.3 Manter os seus técnicos informados quanto às normas disciplinares da CONTRATANTE, exigindo sua fiel observância;

6.1.4 Comunicar por escrito qualquer anormalidade, prestando à CONTRATANTE os esclarecimentos solicitados;

6.1.5 Garantir a manutenção corretiva, decorrente de erros ou falhas na execução dos serviços, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE;

6.1.6 Comprovar que o fabricante do papel a ser utilizado na confecção dos materiais possua certificação FSC (Forest Stewardship Council – Conselho de Manejo Florestal) e/ou PEPC/CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal) acompanhado da respectiva nota fiscal de compra.

6.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.2.1 Enviar por e-mail ou outro meio eletrônico à contratada as artes finais do material gráfico;

6.2.2 Autorizar a impressão do material gráfico após a análise das provas encaminhadas pela empresa contratada;

6.2.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

6.2.4 Informar à contratada sobre quaisquer eventuais problemas detectados;

6.2.5 Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições e no prazo estabelecido neste Termo de Referência.

6.3 PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.3.1 A arte final será enviada pelo TRE-TO à Contratada em até 2 (dois) dias úteis após a emissão da Nota de Empenho.

6.3.2 No prazo máximo de até 5 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da arte final, a contratada deverá apresentar a prova do objeto contratado nos itens 1 e 2, ao TRE, com as especificações constantes deste Termo de Referência.

6.3.3 Serão devolvidas as provas à contratada, com a ordem de impressão ou com a indicação dos ajustes, em até 2 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento das provas.

6.3.3.1 Existindo ajustes a serem realizados na prova, a contratada deverá procedê-los no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data do recebimento das provas.

6.3.4 A contratada deverá finalizar os trabalhos de impressão, acabamento e entrega em até 20 (vinte) dias corridos, contados da data da ordem para impressão.

6.3.5 A contratada terá 9 (nove) dias corridos, a contar da notificação, para substituir, as suas custas, o material que apresentar falhas de impressão, montagem, acabamento ou variação de cor em desacordo com o arquivo enviado pelo TRE, independentemente da quantidade.

Critérios de medição e pagamento

7.1 O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega do material no TRE/TO.

7.2 Após análise do material entregue, verificando-se que está em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, será encaminhada a Nota Fiscal à Secretaria de Administração e Orçamento do TRE-TO para pagamento.

7.3 O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do material, em moeda corrente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, mediante Ordem Bancária, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela Seção de Patrimônio e Almoxarifado e pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento.

7.4 O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta.

Forma e critérios de seleção do fornecedor

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

a) O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

8.2 Exigência de habilitação:

a) A licitante deverá preencher todos os requisitos de regularidade jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira, previstos no Edital e neste Termo de Referência.

b) Participação ou não de cooperativas: será permitida a participação, desde que cumpridas as exigências do art. 16 da Lei nº 14.133/21.

c) Participação ou não de empresas reunidas em consórcio: não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os serviços de forma independente.

d) Considerando o valor estimado, verifica-se que há possibilidade de participação exclusiva de ME/EPP, nos termos do que prevê a norma específica.

Estimativa do valor da contratação

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso, com a finalidade de que os licitantes apresentem sua melhor proposta para o certame, nos termos previstos no art. 24 da Lei nº 14.133/2021 e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das Propostas.

Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do TRE-TO. A referida informação será realizada oportunamente pela unidade competente deste Regional e inserida no Edital.

Sanções administrativas em caso de descumprimento contratual

11.1. Caso o licitante e/ou o fornecedor, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório, ficará sujeito(a) às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório, quando a licitante praticar condutas previstas em lei ou outro instrumento normativo.

11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Contratada ficará sujeita às demais penalidades previstas no edital e na lei 14.133/2021.

Forma de reajustamento do contrato

12.1. Não se aplica na situação, mas em todas as situações devem ser observados os preceitos da Lei nº 14.133/21.

JULIANA AVELAR LUCENA DE OLIVEIRA

Coordenadora



Documento assinado eletronicamente em 24/04/2026, às 15:23, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

JADER BATISTA GONCALVES

Coordenador



Documento assinado eletronicamente em 24/04/2026, às 15:39, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-to.jus.br/autenticar> informando o código verificador **000012302661864** e o código CRC **93DDC257**.